

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 5/2024-PGJ, DE 26 DE MARÇO DE 2024.

Altera a Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições dispostas no art. 7º, incisos V e XII, alíneas “d” e “e”, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO que, na principiologia da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, os termos circunstanciados de ocorrência, que tratam de notícias circunstanciadas de crimes de pequeno potencial ofensivo, não possuem natureza investigatória (STF – ADI nº 6.264), ficando seu arquivamento, contudo, sujeito ao controle judicial, conforme interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, cujos acórdãos foram publicados em 23 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º A decisão de arquivamento do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza realizado pelo membro do Ministério Público deverá ser comunicada à vítima, ao investigado e à autoridade policial, conforme o caso, e, transcorrido o prazo recursal sem a interposição de pedido de revisão por parte da vítima, os autos serão remetidos ao Poder Judiciário, nos termos do art. 28, e seus parágrafos, do CPP.

.....

§ 2º Nos casos de arquivamento parcial:

I – o membro do Ministério Público deve fazer constar na cota da denúncia a informação de que fará a comunicação à vítima sobre a possibilidade de revisão em face do arquivamento parcial, aguardando o prazo de 30 (trinta) dias, após o qual, caso seja interposto pedido de revisão, o remeterá ao Procurador-Geral de Justiça, via protocolo unificado;

II – dispensa-se a notificação do investigado quando este for denunciado por outros fatos;

III – envolvendo investigado preso, o membro do Ministério Público deve observar o disposto no art. 8º desta Resolução.

.....

§ 4º Nos casos de extinção de punibilidade do agente, a correspondente manifestação ao juízo deverá conter pedido de declaração judicial nesse sentido, uma vez que se trata de hipótese de coisa julgada material, sendo dispensável a comunicação à vítima, à autoridade policial e ao investigado.” (NR)

Art. 2º O art. 5º da Resolução nº 43/2023-PGJ passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º A comunicação da vítima, do investigado e da autoridade policial sobre a decisão de arquivamento será feita pelo órgão do Ministério Público que ordenou o arquivamento e dar-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico, por contato telefônico ou em audiência, se for o caso, admitindo-se subsidiariamente por publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) em edição extraordinária, com as cautelas de praxe nas hipóteses de sigilo.

§ 1º A notificação eletrônica poderá ser realizada mediante endereço de e-mail, mensagens telefônicas, telemáticas, serviços mensageiros em redes sociais, bem como aplicativos ou ferramentas congêneres, desde que possível a comprovação nos autos por qualquer forma idônea.

.....

§ 3º As comunicações para intimação da vítima, do investigado e da autoridade policial devem ser certificadas nos autos.



§ 4º Incumbe aos destinatários das comunicações referidas no art. 28 do CPP o ônus de manterem os seus dados pessoais e/ou institucionais de contato devidamente atualizados nos autos das respectivas investigações criminais, cuja ausência será interpretada como desinteresse ou renúncia tácita ao direito de informação sobre o arquivamento, hipótese em que fica dispensada a publicação de edital no DOMP para comunicação ficta do arquivamento.

.....

§ 6º São consideradas realizadas as comunicações endereçadas e remetidas aos contatos mais atuais informados pelos destinatários nas respectivas investigações criminais, independentemente da comprovação do efetivo recebimento.

§ 7º Na comunicação de arquivamento, a vítima será cientificada do número dos autos do respectivo procedimento investigativo, com cópia da decisão de arquivamento, bem como da faculdade e do prazo para requerer revisão, e deverá ser informada sobre a possibilidade de apresentação de eventuais fatos novos, diligências e testemunhas que possam colaborar para a elucidação dos fatos.

§ 8º Na hipótese de morte da vítima, a notificação da decisão de arquivamento deverá ser feita a cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, se algum destes for o comunicante da ocorrência ou demonstrar interesse pela investigação no curso do procedimento.

§ 9º Nos crimes apurados por ação penal pública condicionada à representação, caso a vítima tenha manifestado o desejo de não representar ou de retratar-se da representação ofertada, é desnecessária a notificação desta, da autoridade policial e do investigado sobre a decisão de arquivamento.

§ 10. É possível o estabelecimento de tratativas do órgão de execução ou da Supervisão das Promotorias de Justiça, conforme o caso, com o Poder Judiciário na localidade, para que este realize, de acordo com as peculiaridades e dimensões das estruturas institucionais envolvidas, as comunicações previstas no art. 28 do CPP nos casos em que ordenar a promoção de arquivamento promovida pelo Ministério Público, como decorrência do poder-dever de controle judicial das investigações criminais.” (NR)

Art. 3º O art. 6º da Resolução nº 43/2023-PGJ passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º Se a autoridade judiciária competente negar o arquivamento, por vislumbrar patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento, poderá submeter a matéria à revisão, ou, se houver discordância quanto à decisão de arquivamento, a vítima ou seu representante legal, nos termos do art. 28, § 1º, do CPP, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação ou da publicação do edital no DOMP, apresentar pedido de revisão perante o Ministério Público mediante simples petição ou manifestação de vontade, independentemente de estar assistida por advogado ou Defensor Público, sendo facultada a apresentação, no mesmo prazo, das razões de seu inconformismo.

.....

§ 4º

.....

II -

III – termos circunstanciados de ocorrência.

§ 5º A ausência de apresentação de razões não impede o prosseguimento da revisão em face da decisão de arquivamento, caso esteja expressa a intenção da vítima de recorrer.

§ 6º O pedido de revisão da decisão de arquivamento formulado pela vítima ou por seu representante legal poderá ser protocolizado em qualquer órgão do Ministério Público, hipótese em que será encaminhado à Promotoria de Justiça com a respectiva atribuição, via protocolo unificado.” (NR)

Art. 4º O caput do art. 8º da Resolução nº 43/2023-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Em se tratando de decisão de arquivamento que envolva fato pelo qual o investigado esteja preso, o membro do Ministério Público remeterá imediatamente os autos ao juízo competente, requerendo o relaxamento ou a revogação da prisão provisória, bem como a revogação de eventuais medidas cautelares reais, se for o caso.” (NR)



Art. 5º O art. 11 da Resolução nº 43/2023-PGJ passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11. Nas hipóteses do art. 6º desta Resolução, os autos do PIC, do inquérito policial ou de qualquer outro elemento informativo da mesma natureza com promoção de arquivamento serão enviados eletronicamente pelo órgão de origem ao Procurador-Geral de Justiça, via Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público (SAJMP), no prazo de 10 (dez) dias.

.....
§ 2º

I – a comunicação à vítima, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 7º desta Resolução;

II – o peticionamento ao juízo criminal dos autos do procedimento investigatório no SAJMP e o encaminhamento dos autos físicos, se houver.

.....” (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 26 de março de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1281/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara Cível da comarca de Aquidauana em 20.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1282/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bandeirantes no julgamento dos Autos nº 0800081-25.2023.8.12.0025, em 18.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1283/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 656/2024-PGJ, de 20.2.2024, que designou a Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 25 a 27.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1284/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nioaque de 22 a 26.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1297/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo 2 (dois) dias de folga compensatória em 18 e 19.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1295/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 1 (um) dia de folga compensatória em 22.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2022/2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1296/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes 2 (dois) dias de folga compensatória em 25 e 26.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1294/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0017716-95.2021.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em 6.5.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1292/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Camapuã em 20.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1298/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020 e 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1299/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6253/2023-PGJ, de 20.11.2023, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib 3 (três) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial em regime de mutirão que seriam usufruídos de 25 a 27.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1317/2024-PGJ, DE 21.3.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária a partir de 12.2.2024, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 274, de 21.5.2020 (PGA nº 09.2024.00001624-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1300/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Cassilândia em 21.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1293/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande em 14.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1321/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a designação do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, para a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, sem prejuízo de suas funções no órgão de origem, atuar como membro colaborador do CNMP junto ao Gabinete do Conselheiro Paulo Cezar dos Passos, pelo período de 1 (um) ano, conforme a Portaria CNMP-PRESI nº 88, de 13.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1322/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a designação do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, para o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, sem prejuízo de suas funções no órgão de origem, atuar como membro colaborador do CNMP junto à Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, pelo período de 1 (um) ano, conforme a Portaria CNMP-PRESI nº 96, de 11.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1305/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Água Clara de 8 a 30.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1306/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1307/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema de 22 a 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1308/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 27ª Zona Eleitoral de 22 a 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1309/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça da comarca de Angélica de 22 a 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1301/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1302/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1303/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0009186-73.2019.8.12.0001, em trâmite perante a 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em 21.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1304/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0819561-32.2021.8.12.0001, em trâmite perante a 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da comarca de Campo Grande, em 21.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1285/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 45ª Zona Eleitoral de 22 a 26.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1286/2024-PGJ, DE 21.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Anechini Lara Leite para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Água Clara, no julgamento dos Autos nº 0000184-76.2012.8.12.0049, em 20.3.2024; e tornar sem efeito a Portaria nº 1096/2024-PGJ, de 13.3.2024, que designou a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1287/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 21.3.2024; e tornar sem efeito a Portaria nº 1138/2024-PGJ, de 14.3.2024, que designou a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1288/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 26.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1289/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju em 25.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 1290/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju em 26.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1291/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju em 27.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1334/2024-PGJ, DE 25.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar os Autos nº 06.2023.00001132-8, em trâmite na Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque; e tornar sem efeito a Portaria nº 1132/2023-PGJ publicada no DOMP nº 3.087, de 19.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1336/2024-PGJ, DE 25.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá referente ao mês de abril de 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE: 99603-9203)
3 (19h01min) a 10.4.2024 (11h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte
10 (19h01min) a 17.4.2024 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro
17 (19h01min) a 24.4.2024 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
24.4 (19h01min) a 2.5.2024 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 1337/2024-PGJ, DE 25.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de março de 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE (99312-5218)
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura	98478-2033
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	98403-5333
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1335/2024-PGJ, DE 25.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça das regiões abaixo indicadas referente ao mês de abril de 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Ivinhema	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689 (44) 99775-3021
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044 99937-8044
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	99971-8893 99645-7680 99689-1335
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	3ª PJ de Nova Andradina	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600



8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	PJ de Batayporã	Felipe Almeida Marques	99312-6009
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99678-8813
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de	98478-2106
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Maracaju	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de	98478-2106
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	1ª PJ de Maracaju	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, EL DORADO E MUNDO NOVO			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Mundo Novo	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Mundo Novo	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Mundo Novo	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	PJ de Itaquiraí	Janaina Scopel Bonatto	99226-9390
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Ponta Porã	Andréa de Souza Resende	99933-8637
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Amambai	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Amambai	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	4ª PJ de Ponta Porã	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	PJ de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	3ª PJ de Aquidauana	João Meneghini Girelli	99691-2601
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Marcos Martins de Brito	99825-0713
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99946-6719
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Coxim	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	2ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99946-6719



REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Costa Rica	Guilherme Pereira Diniz Penna	99289-4865
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Chapadão do Sul	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Costa Rica	Guilherme Pereira Diniz Penna	99289-4865
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	1ª PJ de Cassilândia	Mayara Santos de Sousa	99119-0653
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Aparecida do	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	PJ de Água Clara	Jean Carlos Piloneto	99233-4361 99632-7721
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Bataguassu	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	PJ de Água Clara	Isabelle Albuquerque dos Santos	98478-2380
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de São Gabriel do	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	PJ de Rio Negro	Jean Carlos Piloneto	99233-4361
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	2ª PJ de São Gabriel do	Isabelle Albuquerque dos Santos	98478-2380
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
1º (19h01min) a 8.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
8 (19h01min) a 15.4.2024 (11h59min)	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1320/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:



PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
25.3 (19h01min) a 1º.4.2024 (11h59min)	Silvio Amaral Nogueira de Lima
13 (19h01min) a 20.5.2024 (11h59min)	Andréia Cristina Peres da Silva
27.5 (19h01min) a 3.6.2024 (11h59min)	Cristiane Barreto Nogueira
3 (19h01min) a 10.6.2024 (11h59min)	Paulo Henrique Camargo Iunes

PERÍODO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
2 (19h01min) a 9.12.2024 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida
9 (19h01min) a 16.12.2024 (11h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja

● passe a constar:

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
25.3 (19h01min) a 1º.4.2024 (11h59min)	Candy Hiroki Cruz Marques Moreira
13 (19h01min) a 20.5.2024 (11h59min)	Paulo Henrique Camargo Iunes
27.5 (19h01min) a 3.6.2024 (11h59min)	Nicolau Bacarji Junior
3 (19h01min) a 10.6.2024 (11h59min)	Andréia Cristina Peres da Silva

PERÍODO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
2 (19h01min) a 9.12.2024 (11h59min)	Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja
9 (19h01min) a 16.12.2024 (11h59min)	Luiz Antônio Freitas de Almeida

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1325/2024-PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,
R E S O L V E :
Revogar a Portaria nº 183/2024-PGJ, de 16.1.2024, que designou o servidor Silvio Cesar Siravegna, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1326/2024-PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,
R E S O L V E :
Nomear o servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo MPDS-104, na função de Chefe do Departamento de Pagamento de Pessoal do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na Secretaria de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 1318/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Mohamed Santos Ibrahim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária a partir de 28.2.2024, até completar as exigências para aposentadoria compulsória, nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 274, de 21.5.2020, e do artigo 31-B, § 20, da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul (PGA nº 09.2024.00002192-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1319/2024-PGJ, DE 21.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade, a partir de 4.2.2024, à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 12º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e do artigo 11 da Resolução nº 19/2013-PGJ, de 31.10.2013 (PGA nº 09.2023.00003388-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1327/2024-PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE		
DESIGNAÇÃO: 62ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Karla Nogueira Steil	Técnico I/Administrativa	25.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1352/2024-PGJ, DE 26.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar/Motorista	25.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1328/2024-PGJ, DE 22.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 8/PGJ/2023, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Karla Karoline Assumpção Cavalcante, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas (PGA nº 09.2023.00011516-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-308/2024-PGJ, DE 12.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Mauricio Mecelis Cabral 8 (oito) dias de licença por luto, no período de 27.2 a 5.3.2024, nos termos dos artigos 139, inciso VIII, e 156 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1330/2024-PGJ, DE 25.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosana Antunes Geraldo, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste órgão, em virtude de casamento em 24.2.2022, de modo que passe a constar Rosana Antunes Blan.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1331/2024-PGJ, DE 25.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Fabio Zuleger Petelin, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste órgão, em virtude de retificação por ordem judicial em 7.2.2017, de modo que passe a constar Fabio Zuleger Pitilino.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1332/2024-PGJ, DE 25.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Caio Ferreira Campos, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos de 20 a 22.3.2024 e de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da titular, Angela Rezende do Amarante.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-357/2024/PJ, DE 26.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Joel Cesar Bortolan de Emilio, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 21 a 25.3.2024, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 26.3 a 9.4.2024, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-358/2024/PGJ, DE 26.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gabriella Bortolotto de Souza, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 20 a 27.3.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 005/PGJ/2018**

Processo nº PGJ/10/2338/2017 – PGA nº 09.2023.00000338-3

Partes:

- 1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **JOSÉ PAULO SILVA**.

Procedimento licitatório: Dispensa de acordo com o artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 3.148,79 (três mil cento e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos).

Vigência: 26.03.2024 a 16.01.2028.

Data de assinatura: 26 de março de 2024.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 097/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/3231/2019 – PGA 09.2023.00000305-0

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **ROGÉRIO RODRIGUES FIGUEIREDO**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajustar o valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 097/PGJ/2019, em razão da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 3.464,52 (três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Vigência: 26.03.2024 a 06.03.2025.

Data de assinatura: 26 de março de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, informa Luiz Fernando Lipu Pereira (investigado) decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0013389-10.2021.8.12.0001, conforme se transcreve: “Isto posto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de prova quanto à comprovação da materialidade delitiva, requer o Ministério Público o arquivamento dos presentes autos, com a ressalva de que trata o artigo 18 do CPP”.

Campo Grande, 26 de Março de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.
Promotora de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Sandro dos Reis a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900142-29.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Sandro dos Reis e vítima Niuda Nunes de Souza, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Mateus Souza da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900181-26.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Mateus Souza da Silva e vítima Leia Cece de Oliveira, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Luis Carlos Ferreira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0913114-65.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Luis Carlos Ferreira e vítima Jacilene Martins Julio, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Julio Cesar Ozuna Henrique a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900259-20.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Julio Cesar Ozuna Henrique e vítima Aparecida Tiago Carneiro, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados Emili Cristina Serra Silva e Gutenberg Moraes da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900276-56.2024.8.12.0001, em que constam como investigados Emili Cristina Serra Silva e Gutenberg Moraes da Silva e vítima Ana Lúcia Moraes da Silva Lima, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Alencar de Oliveira Mafra a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900295-62.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Alencar de Oliveira Mafra e vítima Suellen Vieira Moreno, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Edilson Marinho Alves a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900384-85.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Edilson Marinho Alves e vítima Nayara Jimenes Siqueira, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EDITAL N. 005/2024/76PJ/CGR

A 76.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2024.00000216-6

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO: *Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde na USF Jardim Noroeste.*

Campo Grande, MS, 25 de março de 2024.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI
Promotora de Justiça

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****ANASTÁCIO****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900081-15.2024.8.12.0052 ao investigado Jeferson Santos⁹, conforme se transcreve: “Assim, a priori, não há como promover o oferecimento da ação penal, visto que a materialidade delitiva não foi seguramente comprovada nos autos. Por fim, nos termos do entendimento pacífico da Jurisprudência Pátria, a decisão judicial que, acolhendo as razões invocadas pelo Ministério Público, arquiva o inquérito policial, não faz coisa julgada, sendo possível que a autoridade policial proceda a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia, consoante o art. 18 do CPP e a Súmula n. 524 do STF. Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, bem como da decisão emanada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o Ministério Público ordena o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Anastácio, 21 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA**EDITAL Nº 0001/2024/3 ZE/CLA**

A Promotoria de Justiça da 3ª Zona Eleitoral da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003090-7, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003090-7
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: A APURAR
Assunto: Acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Cassilândia-MS, 26 de março de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA
Promotora de Justiça da 3ª Zona Eleitoral

⁸ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁹ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EDITAL N° 0025/2024/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003011-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003011-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A APURAR

Assunto: Acompanhar e registrar as visitas obrigatórias ao Ministério Público em estabelecimentos prisionais, asilares e casas de acolhimento, durante o ano de 2024.

Cassilândia-MS, 25 de março de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em substituição legal

CORUMBÁ**EDITAL N° 0014/2024/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro - CEP: 79331-110, Corumbá/MS - Telefone: (67) 3231-4664.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000265-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Otilia Beltramin

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da construção de compensado e madeira com área entre 10m x 13,5m e de casebre de tipo palafita com área entre 6m x 3m, ambas em Área de Preservação Permanente, no Sítio "Che Bamba", em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 2746 e Auto de Infração n. 2726, respectivamente.”

Corumbá, 22 de março de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

JARDIM**EDITAL N° 0001/2024/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000149-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jadir José dos Santos Tim

Assunto: Apurar possível desmatamento em uma área de 5,8993 hectares, ocorrido na Fazenda Desafio e Desafio I, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Jadir José dos Santos Tim, descritas no Auto de Infração AI012921/2023.

Jardim, 21 de março de 2024

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0002/2024/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2024.00003139-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Jonas de Souza Romera.

Assunto: acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2022.00000511-1 com o compromissário Jonas de Souza Romera.

Jardim, 22 de março de 2024

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0003/2024/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2024.00003141-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Maria Thereza Barbosa de Souza.

Assunto: acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2022.00001561-0, firmado com a Sra. Maria Thereza Barbosa de Souza.

Jardim, 22 de março de 2024

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

SETE QUEDAS

EDITAL N° 0003/2024/PJ/STQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal n° 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual n° 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n° 09.2024.00002997-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delegacia de Polícia Civil de Sete Quedas/MS

Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas na Delegacia de Polícia Civil, em Sete Quedas/MS, referente ao ano de 2024, conforme orientação contida na Resolução n. 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 26 de março de 2024.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0004/2024/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00002998-8.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delegacia de Polícia Civil de Paranhos/MS

Assunto: Acompanhar visitas e/ou inspeções realizadas na Delegacia de Polícia Civil, em Paranhos/MS, referente ao ano de 2024, conforme orientação contida na Resolução n. 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 26 de março de 2024.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

NUMERO DO MP: 08.2024.00044368-9,

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima(s) Rosângela Moreira Niza da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900060-60.2024.8.12.0045, conforme segue: “promove-se o arquivamento ante a ausência de justa causa”.

2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 25 de março de 2024.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

TERENOS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0000153-81.2020.8.12.0047, em que consta como vítima Maria das Graças Santos da Silva e investigado, Luiz Brendon Santos do Nascimento, conforme se transcreve: “Dessa forma, passados mais de 6 (seis) anos entre a ocorrência do fato e a presente data, o crime encontra-se prescrito, sendo certo que não houve nenhuma das causas interruptivas ou suspensivas da prescrição dispostas no Código Penal. Firme em tais premissas, o Ministério Público manifesta-se pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado em relação ao fato, nos termos do artigo 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal.”

Terenos-MS, 13 de março de 2024

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

¹⁰ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0800493-21.2022.8.12.0047, em que consta como vítimas José Cespedes Vargas, Paula Alessandra de Godoy e Moresco e Jose Bento Vargas, conforme se transcreve: "Ante o exposto, o Ministério Público promove o arquivamento do presente inquérito policial, haja vista a inexistência de qualquer conduta típica penal e por ter o evento ocorrido por culpa exclusiva da vítima."

Terenos-MS, 13 de março de 2024

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça